China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial 30 de junho de 2018

## China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2018

## Conteúdo:

Relatório da Administração	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria	6
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balanços patrimoniais consolidados	13
Demonstrações de resultados	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações dos fluxos de caixa	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	20

## Relatório da Administração

## Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("CCB Brasil" ou "Banco") submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o relatório do Auditor Independente sem ressalvas e o relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

## A subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

#### **Ambiente Econômico**

Os primeiros meses de 2018 mantiveram a trajetória positiva da economia brasileira observada no último trimestre de 2017. Na progressão do primeiro semestre de 2018, entretanto, a atividade produtiva e o consumo arrefeceram. A paralisação no setor de transporte de cargas no mês de maio repercutiu nos indicadores que abrangem o acumulado do semestre. De acordo com o IBGE, a produção industrial recuou em maio 10,9% na comparação com abril, o setor de serviços e o volume de vendas do comércio varejista diminuíram 3,8% e 0,6%, respectivamente. Adicionalmente, a taxa de desocupação, estabilizada na faixa de 12,5%, tem inibido o consumo das famílias e influenciado na retomada mais lenta da economia.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial no país, foi 2,60% no acumulado dos seis primeiros meses de 2018, ante 1,18% registrado em igual período do ano anterior. A taxa básica de juros (Selic) encerrou o semestre em 6,50%, vinda de 7,00% a.a. no término de 2017.

O total de empréstimos do sistema financeiro alcançou R\$ 3,13 trilhões em junho de 2018, crescimento de 1,25% na comparação com dezembro de 2017. Em sentidos opostos, o crédito com recursos livres expandiu 3,51% no ano e somou R\$ 1.640,4 bilhões enquanto o crédito direcionado recuou 1,13% no período e totalizou R\$ 1.489,7 bilhões. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 46,77% comparativamente a 47,12% no final de 2017.

A taxa de câmbio apresentou alta volatilidade no decorrer do semestre. A cotação ao fim de junho de 2018 atingiu R\$ 3,86/US\$ ante R\$ 3,31/US\$ em dezembro de 2017. No período, a menor paridade entre as moedas foi de R\$ 3,14/US\$ e a mais elevada R\$ 3,90/US\$.

O saldo acumulado da balança comercial brasileira no período entre janeiro e junho de 2018 somou US\$ 29,93 bilhões, valor inferior em 17,34% ao superávit registrado em igual período de 2017 (US\$ 36,21 bilhões). O desempenho é decorrente do crescimento de 5,58% das exportações frente à elevação de 17,19% das importações. No primeiro semestre de 2018 as exportações somaram US\$ 113,71 bilhões (US\$ 107,70 bilhões em 2017), enquanto as importações atingiram US\$ 83,78 bilhões (US\$ 71,49 bilhões em 2017).

No primeiro semestre de 2018, o saldo comercial do Brasil com a China foi superavitário em US\$ 14,85 bilhões. As exportações e as importações do Brasil atingiram, respectivamente, US\$ 29,82 bilhões e US\$ 14,97 bilhões.

Em que pese os efeitos significativos e temporários contidos no semestre, prevaleceu a inflação na meta, a taxa básica de juros estável e em baixo patamar histórico e as reservas cambiais em apreciável montante (US\$ 382,43 bilhões em 30/06/2018, de acordo com o BACEN).

#### Resultado do Semestre

O primeiro semestre de 2018 refletiu positivamente as medidas adotadas pelo Banco no ano precedente, que propunham elevar a qualidade e o volume dos ativos e, ao mesmo tempo, adequar a estrutura operacional do Banco para obter melhor eficiência da organização.

Ao final do primeiro semestre de 2018, as operações de crédito alcançaram R\$ 8.387,57 milhões, crescimento de 16,84% em doze meses. Cumpre destacar que a parcela dos créditos catalogados com rating AA-C, (faixa dos créditos de menor risco), expandiu 27,65% no período. Os esforços empenhados na formação de um portfólio de melhor qualidade repercutem em menores exigências de provisionamento.

Do lado dos passivos, destaca-se o crescimento de 40,53% da captação em reais em doze meses. Os depósitos a prazo atingiram R\$ 3.046,59 milhões, expansão de 27,62% ante o primeiro semestre do ano anterior. Os recursos de letras emitidas, compostos pelas LCAs, LFs e LCIs, somaram R\$ 838,12 milhões, crescimento de 163,16% na comparação com o ano precedente.

Em 30 de junho de 2018, a Matriz representava 48,66% da captação total, que se elevava então a R\$ 13.650,13 milhões. Vale salientar que a Matriz tem provido sua Subsidiária com *funding* adequado, tanto em volumes, quanto em preços. Com efeito, os recursos da Matriz, habitualmente disponibilizados por prazos de 360 dias, têm sido sistematicamente renovados, e vêm apresentando custos vantajosamente comparáveis aos de mercado.

Ao término do primeiro semestre de 2018, o patrimônio líquido alcançou R\$ 1.818,99 milhões e o índice de Basileia era de 22,72%.

O resultado bruto da intermediação financeira nos seis primeiros meses de 2018 alcançou R\$ 115,88 milhões, desempenho favorável ante o resultado obtido em igual período de 2017, o qual foi negativo em R\$ 26,11 milhões.

No primeiro semestre de 2018, as despesas de custeio que abrangem as despesas administrativas e de pessoal somaram R\$ 153,65 milhões, redução de 22,85% na comparação com igual período de 2017.

O lucro líquido do primeiro semestre de 2018 foi de R\$ 30,68 milhões e a rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) foi de 3,40%.

#### Recursos Humanos e Pontos de Atendimentos

O Banco encerrou o primeiro semestre de 2018 com 497 funcionários e nove pontos de atendimento.

#### Novo membro na Diretoria Executiva

O Sr. Claudio Augusto Rotolo passou a integrar à Diretoria Executiva do Banco. Executivo do Grupo desde 2003, o Sr. Claudio Rotolo é engenheiro e responsável pelas áreas de Gestão de Riscos, Governança Corporativa e Controles Internos.

## Resgate de ações remanescentes

Em 22 de dezembro de 2017, por meio de uma AGE, foi autorizado o resgate da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Companhia que remanesceram após a conclusão da oferta pública unificada para aquisição de ações ("OPA"). O Banco Bradesco foi a instituição financeira contratada para realizar o pagamento aos acionistas das ações resgatadas, conforme aplicável pela Lei das Sociedades por Ações e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Os acionistas então remanescentes, que detinham as ações BICB3 e BICB4, tiveram disponível o pagamento de resgate de suas ações a partir de 04 de janeiro de 2018, nas agências do Banco Bradesco em todo o território nacional.

#### Circular nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", no montante de R\$ 1.470,27 milhões, o que representa 16,75% do total de títulos e valores mobiliários.

## Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 24 de agosto de 2018).

# China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 1°. Semestre de 2018

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. – CCB é instituído em atendimento à Resolução 3.198/2004 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto social da Instituição, sendo composto por três membros independentes, dois dos quais também membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas: (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do CCB e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas.

O Comitê de Auditoria analisou a qualidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2018, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, bem como os apontamentos do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

A Administração é responsável pela definição e implementação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. A Administração também é responsável pela definição e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade adequada e com independência.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controles internos, auditoria interna, riscos e com os Auditores Independentes, para análise das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da Instituição, conforme indica o relatório de auditoria dos auditores independentes sem ressalvas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Conselho de Administração, representantes dos acionistas e com Diretores da Instituição, expondo suas opiniões e recomendações, no âmbito de sua atuação, tendo ainda discutido com a Administração as recomendações apresentadas pelos Auditores Independentes.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) levantados pela PwC são: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (ii) créditos tributários; e (iii) ambiente de tecnologia da informação. Esses assuntos foram discutidos com os responsáveis pela PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da auditoria independente do banco e suas controladas.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo

monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Instituição.

O relatório do Comitê de Auditoria e este resumo foram aprovados em reunião nesta data.

São Paulo, 24 de agosto de 2018.

Daniel Joseph McQuoid

Heraldo Gilberto de Oliveira Presidente Walter M. Machado de Barros

Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2018 e relatório do auditor independente





# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução no 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução no 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase

#### Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras", que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

#### **Outros assuntos**

## Demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 24 de agosto de 2018.

# Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

# Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

# Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 24 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik Contadora CRC 1SP221490/O-o

Balanços patrimoniais consolidados em 30 de junho Em milhares de reais

	_	CONSOLI	DADO PRUDENCIAL
	Nota	2018	2017
ATIVO			
Circulante		6.629.364	13.630.927
Disponibilidades	4a.	128.456	424.061
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	1.554.791	795.851
Aplicações no mercado aberto	4b.	1.529.113	783.994
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	25.678	4.579
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	-	7.278
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		364.094	4.128.811
Carteira própria	5b.	197.727	1.155.006
Vinculados a operações compromissadas	5b.		2.484.891
Vinculados a prestação de garantias	5b.	-	395.049
Instrumentos financeiros derivativos	6.	166.367	93.865
Relações Interfinanceiras		17.025	13.402
Pagamentos e recebimentos a liquidar	_	1.740	3.660
Depósitos no Banco Central		15.285	9.742
Operações de Crédito		2.874.460	2.674.359
Operações de crédito	_	3.021.290	3.024.183
Setor público	7.	2.011	12.084
Setor privado	7.	3.019.279	3.012.099
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8.	(146.830)	(349.824)
Operações de Arrendamento Mercantil		(7.282)	(6.338)
Arrendamentos a receber - setor privado	_	10.259	19.436
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(10.259)	(18.462)
Provisão para créditos de arrendamento			
mercantil de liquidação duvidosa	8.	(7.282)	(7.312)
Outros Créditos		1.662.479	5.556.326
Avais e fianças honrados	-	25.070	25.424
Carteira de câmbio	9.	1.317.449	5.419.532
Rendas a receber		23.524	26.938
Negociação e intermediação de valores		5.948	843
Ativo Fiscal Diferido - créditos tributários	25a.	150.874	-
Diversos	10.	222.740	125.098
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(83.126)	(41.509)
Outros Valores e Bens	_	35.341	44.455
Despesas antecipadas	-	35.341	44.455

Balanços patrimoniais consolidados em 30 de junho

Em milhares de reais

		CONSOLIDADO	PRUDENCIAL
	Nota	2018	2017
ATIVO			
Realizável a Longo Prazo		15.228.147	10.278.969
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			986
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	-	986
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		8.955.291	4.292.210
Carteira própria	5b.	3.745.644	2.116.807
Vinculados a operações compromissadas	5b.	4.706.737	1.895.160
Vinculados a prestação de garantias	5b.	129.999	10.485
Instrumentos financeiros derivativos	6.	372.911	269.758
Operações de Crédito	-	4.021.911	3.353.428
Operações de crédito	7.	4.300.397	3.613.312
Setor público		4 200 207	3.341
Setor privado	0	4.300.397	3.609.971
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8.	(278.486) (6.166)	(259.884)
Operações de Arrendamento Mercantil Arrendamentos a receber - setor privado		8.688	(4.352) 10.990
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(8.688)	(10.990)
Provisão para créditos de arrendamento		(0.000)	(10.330)
mercantil de liquidação duvidosa	8.	(6.166)	(4.352)
Outros Créditos	0.	1.932.868	2.307.755
Rendas a receber		1.386	2.007.700
Ativo Fiscal Diferido - créditos tributários	25a.	1.008.445	1.305.165
Crédito presumido - Lei 12.838/2013	25b.	308.653	372.823
Diversos	10.	620.928	637.061
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(6.544)	(7.294)
Outros Valores e Bens	-	324.243	328.942
Outros valores e bens	11.	448.849	379.252
Despesas antecipadas		15.173	46.011
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	11.	(139.779)	(96.321)
Permanente		132.559	199.616
Investimentos		3.086	3.461
Participações em controladas - no país		2.441	2.816
Outros investimentos		1.135	1.135
Provisão para perdas em investimentos		(490)	(490)
Imobilizado de Uso	12a.	47.847	79.543
Imóveis de uso		85.602	159.007
Outras imobilizações de uso		31.654	35.575
Depreciações acumuladas		(69.409)	(115.039)
Imobilizado de Arrendamento		56.926	81.312
Bens arrendados		80.497	185.775
Superveniência de depreciação		19.928	8.462
Depreciações acumuladas	40h	(43.499)	(112.925)
Intangivel Ativos intangivois	12b.	24.700	35.300
Ativos intangiveis Amortização acumulada		125.690 (100.990)	122.383 (87.083)
Total do Ativo		21.990.070	24.109.512

Balanços patrimoniais consolidados em 30 de junho Em milhares de reais

	_	CONSOLIDA	DO PRUDENCIAL
	Nota	2018	2017
PASSIVO			
Circulante	_	16.031.281	20.280.784
Depósitos	15.	3.262.745	2.420.843
Depósitos à vista		84.092	80.704
Depósitos de poupança		4.373	9.122
Depósitos interfinanceiros		504.503	218.826
Depósitos a prazo	40	2.669.777	2.112.191
Captações no Mercado Aberto	16a	4.681.280	4.201.702
Carteira própria Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		4.681.280 415.927	4.201.702 236.201
Recursos de letras emitidas	16b.	415.927	235.904
Letras de crédito imobiliário	100.	34.017	94.717
Letras de crédito de agronegócio		324.032	113.222
Letras financeiras		57.878	27.965
Recursos de aceites cambiais		-	297
Relações Interfinanceiras		517	553
Recebimentos e pagamentos a liquidar	_	517	553
Relações Interdependências	_	15.242	34.236
Recursos em trânsito de terceiros		15.242	34.236
Obrigações por Empréstimos	17.	6.683.405	7.226.345
Empréstimos no exterior	40	6.683.405	7.226.345
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.	28.059 18.413	44.843
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ Ministério das Cidades		9.646	1.832
Obrigações por Repasses do Exterior	17.	77.682	85.804
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.	39.586	57.683
Outras Obrigações	-	826.838	5.972.574
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	-	3.214	2.246
Carteira de câmbio	9.	353.942	5.039.922
Sociais e estatutárias		10.704	204
Fiscais e previdenciárias	19.	184.013	170.860
Negociação e intermediação de valores		6.942	5.801
Divida subordinada	22a.	16.948	563.929
Diversas	20.	251.075	189.612
Exigível a Longo Prazo	-	4.112.274	3.058.194
Depósitos	<b>1</b> 5.	410.801	341.842
Depósitos interfinanceiros	_	33.983	66.884
Depósitos a prazo		376.818	274.958
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	_	422.193	82.577
Recursos de letras emitidas	16b	422.193	82.577
Letras de crédito imobiliário		885	2.635
Letras de crédito de agronegócio		52.423	18.172
Letras financeiras	47	368.885	61.770
Obrigações por Empréstimos	17.	141.780 141.780	290.118
Empréstimos no exterior Instrumentos Financeiros Derivativos	6.		290.118
Outras Obrigações	0	8.066 3.129.434	1.265 2.342.392
Fiscais e previdenciárias	19.	4.982	2.342.332
Divida subordinada	22a.	1.517.294	892.914
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	22b.	673.300	577.729
Diversas	20.	933.858	869.633

Balanços patrimoniais consolidados em 30 de junho Em milhares de reais

		CONSOLID	ADO PRUDENCIAL
	Nota	2018	2017
PASSIVO			
Resultados de Exercícios Futuros	23.	27.522	29.480
Patrimônio Líquido	24.	1.818.993	741.054
Capital Social De domiciliados no país Reservas de capital Ajustes de avaliação patrimonial Prejuízos acumulados (-) Ações em tesouraria		2.956.864 2.956.864 899 2.239 (1.085.904) (55.105)	1.699.886 1.699.886 24.956 2.473 (931.156) (55.105)
Total do Passivo		21.990.070	24.109.512

Demonstrações consolidadas do resultado Semestres findos em 30 de junho Em milhares de reais

		CONSOLIDADO PRUDE	
	Nota	2018	2017
Receitas da Intermediação Financeira		1.996.751	941.652
Operações de crédito	26a.	962.150	594.417
Operações de arrendamento mercantil		2.384	2.434
Resultado de títulos e valores mobiliários	26b.	486.153	465.068
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	26c.	299.024	(158.206)
Resultado de câmbio	26d.	149.453	37.325
Resultado de aplicações compulsórias		31	89
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		97.556	525
Despesas da Intermediação Financeira		(1.880.866)	(967.763)
Captação no mercado	26e.	(559.626)	(522.899)
Empréstimos, cessões e repasses	26f.	(1.092.446)	(143.242)
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		(19.730)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.	(209.064)	(301.622)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	-	115.885	(26.111)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(46.748)	(295.424)
Receitas de prestação de serviços	_	23.958	33.180
Rendas de tarifas bancarias		933	2.036
Despesas de pessoal	26i.	(86.454)	(117.922)
Despesas tributárias	26k.	(11.457)	(17.870)
Resultado de participações em controladas		(746)	(550)
Outras despesas administrativas	26j.	(67.194)	(81.223)
Outras receitas operacionais	26g.	175.082	52.846
Outras despesas operacionais	26h.	(80.870)	(165.921)
Resultado Operacional	-	69.137	(321.535)
Resultado não operacional	261.	3.805	(2.825)
Resultado Antes da Tributação	-	72.942	(324.360)
Imposto de renda	25d.	(39.048)	(55.806)
Contribuição social	25d.	(22.403)	(46.366)
Ativo fiscal diferido	25d.	19.193	(137.864)
Prejuízo Líquido do Semestre		30.684	(564.396)
Resultado atribuido ao controlador		30.684	(564.396)

					Reservas de capital				
	Capital social	Aumento de capital	(-) Capital a realizar	Ações em Tesouraria	Ágio na subscrição de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado	Participação de não controladores	Total
Saldos ajustados em 01 de janeiro de 2017	1,554,886	145,000	(3.738)	(55.105)	24.956	(1.700)	(366.760)	37.993	1.335.532
Aumento de capital em espécie	145.000	(145.000)	3.738	,,		(,			3.738
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-		-		4.173			4.173
Prejuizo líquido do semestre	-	-		-			(564.396)		(564.396)
Participação de não controladores				-		-		(37.993)	(37.993)
Saldos em 30 de junho de 2017	1.699.886			(55.105)	24.956	2.473	(931.156)		741.054
Mutações do semestre	145.000	(145.000)	3.738	-		4.173	(564.396)	(37.993)	(594.478)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.956.864			(55.105)	899	2.682	(1.116.588)		1.788.752
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-		(443)	-		(443)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-		30.684		30.684
Saldos em 30 de junho de 2018	2.956.864			(55.105)	899	2.239	(1.085.904)		1.818.993
Mutações do semestre					-	(443)	30.684		30.241

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa (método indireto) Semestres findos em 30 de junho Em milhares de reais

	CONSOLIDA	DO PRUDENCIAL
	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do semestre	30.684	(564.396)
Ajustes ao Lucro / Prejuízo	62.264	561.919
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	209.064	301.622
Depreciações e amortizações	6.990	9.926
Provisão/(reversão) outras	(3.103)	4.707
Provisão para contingências e fianças prestadas	34.002	37.159
Provisão para empréstimos vinculados (nota 26g)	(137.767) 40.172	202 770
Crédito tributário Resultado de participações em controladas	746	223.772 550
(Ganho) na venda de imobilizado	(1.290)	(53)
(Ganho) na venda de imosilizado (Ganho) na venda bens não de uso	(1.905)	(1.777)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(87.508)	(24.580)
Amortização de ágio de investimento	5.259	5.259
(Superveniência)/insuficiência de depreciação	(2.396)	5.334
Lucro / Prejuízo Ajustado	92.948	(2.477)
(Aumento)/redução em aplicações inferfinanceiras de liquidez	(9)	7.701
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instr.fin.deriv.	(628.286)	(382.291)
Redução em relações interfinanceiras e interdependencias	14.669	23.455
(Aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(1.101.474)	(63.745)
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	325.004	(4.851.595)
Aumento em depósitos	497.846	522.586
Aumento/(redução) captações no mercado aberto	1.542.464	(2.666.534)
Aumento/(redução) em recursos de emissão de títulos	486.575	(61.088)
Aumento/(redução) em outras obrigações	(710.005)	4.855.858
Imposto de renda e contribuição social pagos	(24.720)	(18.214)
Pagamento de juros Aumento/(redução) em resultado de exercicios futuros	(119.082) 1.209	(100.566) (1.338)
Caixa Liquido (Utilizado)/Proveniente nas Atividades Operacionais	377.139	(2.738.248)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Alienação de bens não de uso	17.553	18.622
Alienação de investimentos	-	100
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	18.579	36.642
Aquisição de bens não de uso próprio Aquisição de investimentos	(41.258)	(32.702)
Aquisição de investimentos  Aquisição de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	(7.161)	(1.851) (2.278)
Aplicação no intangível	(1.412)	(2.780)
Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente nas Atividades de Investimentos	(13.699)	15.753
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Aumento em obrigações p/empréstimos e repasses	8.842.242	4.761.786
Aumento em dívidas subordinadas	206.263	78.666
Aumento em instrumento de divida elegíveis a capital	116.885	247.864
Pagamento de empréstimos	(8.275.706)	(4.962.167)
Participação de não controladores		(37.993)
Aumento de capital	-	3.738
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Financiamentos	889.684	91.894
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.253.124	(2.630.601)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	337.051	3.821.353
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	87.508	24.580
Saldo final de caixa e equivalentes	1.677.683	1.215.332
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.253.124	(2.630.601)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., anterior Banco Industrial e Comercial S.A. – Bicbanco, ("Companhia", "Instituição", "Múltiplo", "CCB Brasil" ou "Banco") constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma *Joint Venture* destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

Em 29 de agosto de 2014, foi concluída a transferência do controle acionário do Banco para a CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding) ("Controlador"), subsidiária integral do China Construction Bank Corporation. Posteriormente, em 2015, o registro de companhia aberta foi cancelado na CVM e em 30 de setembro de 2015 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social para China Construction Bank (Brasil) - Banco Múltiplo S.A. – CCB Brasil, assim como foi padronizada a razão social das demais empresas investidas. O BACEN homologou essa alteração da razão social em 29 de outubro de 2015, e em 16 de novembro de 2015 foi registrada pela JUCESP.

Em 22 de dezembro de 2017, através de Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas regularmente convocada, foi deliberada a efetivação do Resgate de 2.339.260 ações que integram o capital social da Instituição, sendo 550.940 ordinárias e 1.788.320 preferenciais, detidas por acionistas minoritários. A liquidação financeira, por conta do resgate de ações, teve início em 04 de janeiro de 2018, conforme faculta a legislação societária. A partir do resgate das ações detidas pelos minoritários, a CCB Holding assumiu a titularidade de 100% das ações ordinárias e preferenciais do CCB Brasil.

#### 2. APRESENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A foram elaboradas de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e Circular nº 3.701/14 do BACEN, e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram realizados os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de agosto de 2018.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### b) Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme determinado no artigo 1º da Resolução CMN nº 4.280/13, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A, incluem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior e as empresas controladas direta ou indiretamente. Assim, em 30 de junho de 2018 e 2017 o Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A era composto pelo Banco e empresas controladas:

Controladas - conforme Artigo 1º da Resolução nº 4.280/13	% de participação
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100

Em 31 de dezembro de 2016 o Conglomerado Prudencial era composto pelo Banco, empresas controladas (conforme quadro acima) e pelo investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*) — BRASILFactors S.A. ("BRASILFactors") sendo o percentual de participação de 50%.

Após a edição da Resolução nº 4.517/16 do CMN, que alterou o artigo 5º da Resolução nº 4.280/13 do CMN, a BRASILFactors, passou a ser avaliada pelo método de equivalência patrimonial, sendo assim, a partir de janeiro de 2017, não compõe mais o saldo do Consolidado Prudencial. Em 31 de dezembro de 2016 a BrasilFactors e o fundo de investimento da BrasilFactors apresentavam os seguintes saldos incluídos no Conglomerado Prudencial:

<u>Empresa</u>	% Participação	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	Resultado	Participação de não controladores
BrasilFactors	50	77.587	75.510	(2.347)	-
FIDC BrasilFactors (*)	100	88.329	585	11.757	37.993
Total		165.915	76.095	9.410	37.993

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

#### b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

#### c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16, é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registados em contrapartida ao resultado do período.

#### d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

#### e) Ativo circulante e realizável a longo prazo

#### e.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

## e.2) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- Títulos para negociação títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários, em que a
Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção
em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos
dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

#### e.3) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

#### e.4) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Para a apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 7d – Composição da carteira por níveis de risco.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.

#### e.5) Outros valores e bens - Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, consequentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

#### e.6) Outros valores e bens - Despesas antecipadas

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente até 2016, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da manutenção de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, de forma linear pelo prazo máximo de 36 meses, contados a partir de seu registro ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo. As comissões nomeadas como Custos de Originação, são reconhecidas a partir de 2017, integralmente no resultado do exercício.

#### e.7) Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### f) Permanente

- **f.1)** Os investimentos das controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos.
- **f.2)** Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da instituição por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento e o valor da estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado, caso a instituição assuma a obrigação de arcar com tais custos na data de aquisição do ativo. A depreciação, reconhecida mensalmente, de forma linear, com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 4%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.
- **f.3)** Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, a administração efetua teste de valor recuperável dos seus ativos anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.
- **f.4)** O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade, reconhecidos pelo valor de custo, amortizados mensalmente ao longo da vida útil estimada do ativo, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.534/16.

#### g) Passivo

# g.1) Empréstimos no exterior vinculados a operações de crédito (Resolução CMN nº 2.921/02)

São registradas pelo valor da captação, acrescido dos encargos apropriados até a data do balanço, ajustados pela estimativa de perda de crédito dos ativos vinculados através de conta retificadora do passivo em contrapartida ao resultado do período, visando refletir a melhor estimativa do valor de desembolso ao investidor.

#### g.2) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

imposto de renda e, de 15% sobre o lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a Lei nº 13.169/15. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais realizáveis em até 10 anos, estão registrados em "Outros Créditos – Diversos".

#### h) Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

**Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 21). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.

**Passivos contingentes:** são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 21).

**Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

#### i) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou guando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra, e (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer, e (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.

- Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O Banco não trabalha com essa modalidade.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

## 4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

#### a) Disponibilidades

	Junho/18	Junho/17
Caixa	469	539
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	127.987	423.522
Total	<u>128.456</u>	<u>424.061</u>

#### b) Aplicações no mercado aberto

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO				
Vencimento	Junho/18 Junho/17				
Até 30 dias	1.529.113	783.994			

## c) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Vencimento	Junho/18	Junho/17
Até 30 dias	2.062	2.116
De 31 a 90 dias	23.616	2.463
Acima de 360 dias	-	986
Total	25.678	5.565

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### d) Aplicações em moedas estrangeiras

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO				
Vencimento	Junho/18	Junho/17			
Até 30 dias	-	7.278			

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

## a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

#### b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

Junho/18							
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado	
Títulos disponíveis para venda	56.634	141.093	7.112.107	7.309.834	7.306.104	7.309.834	
Carteira própria (*)	56.634	141.093	2.275.371	2.473.098	2.471.877	2.473.098	
Letras Financeiras Tesouro	-	141.093	2.275.371	2.416.464	2.415.895	2.416.464	
Notas do Tesouro Nacional - B	56.634	-	-	56.634	55.982	56.634	
Vinculados a operações compromissadas (*)	-	-	4.706.737	4.706.737	4.704.207	4.706.737	
Letras Financeiras Tesouro	-	-	4.706.737	4.706.737	4.704.207	4.706.737	
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	-	129.999	129.999	130.020	129.999	
Letras Financeiras Tesouro	-	-	129.999	129.999	130.020	129.999	
Títulos mantidos até o vencimento	-	•	1.470.273	1.470.273	1.470.273	1.450.723	
Carteira própria	-	•	1.470.273	1.470.273	1.470.273	1.450.723	
Debêntures	-	-	15.198	15.198	15.198	15.266	
Cotas - FIDC	-	-	23.584	23.584	23.584	23.584	
Global Bonds	-	-	1.431.491	1.431.491	1.431.491	1.411.873	
Total	56.634	141.093	8.582.380	8.780.107	8.776.377	8.760.557	

<sup>(\*)</sup> Distribuição de prazos efetuado com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

<sup>(\*\*)</sup> O saldo contábil total inclui operações vinculadas à prestação de garantias no montante de R\$ 129.999, sendo R\$ 116.045 referentes margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

 	T	J	lunho/17				
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado	
Títulos para negociação	33	-	4.017.878	4.017.911	4.020.057	4.017.911	
Carteira própria (*)	33	-	1.137.938	1.137.971	1.138.479	1.137.971	
Letras Financeiras Tesouro	-	-	1.137.938	1.137.938	1.138.447	1.137.938	
Notas do Tesouro Nacional - C	33	_	_	33	32	33	
Vinculados a operações compromissadas (*)		_	2.484.891	2.484.891	2.486.342	2.484.891	
Letras Financeiras Tesouro			2.484.891	2.484.891	2.486.342	2.484.891	
Vinculados a prestação de garantias (**)	_	-	395.049	395.049	395.236	395.049	
Letras Financeiras Tesouro			395.049	395.049	395.236	395.049	
Títulos disponíveis para venda	_	_	2.787.151	2.787.151	2.783.029	2.787.151	
Carteira própria (*)	_	_	881.506	881.506	880.268	881.506	
Letras Financeiras Tesouro	-	-	826.583	826.583	825.360	826.583	
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	54.923	54.923	54.908	54.923	
Vinculados a compromissadas (*)	-	-	1.895.160	1.895.160	1.892.273	1.895.160	
Letras Financeiras Tesouro	-	-	1.895.160	1.895.160	1.892.273	1.895.160	
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	-	10.485	10.485	10.488	10.485	
Letras Financeiras Tesouro	-	-	10.485	10.485	10.488	10.485	
Títulos mantidos até o vencimento	-	17.034	1.235.302	1.252.336	1.252.336	1.295.417	
Carteira própria	-	17.034	1.235.302	1.252.336	1.252.336	1.295.417	
Cotas - FIDC	-	17.034	-	17.034	17.034	17.034	
Global Bonds	_	-	1.235.302	1.235.302	1.235.302	1.278.383	
Total Os títulos para negociação con	33	17.034	8.040.331	8.057.398	8.055.422	8.100.479	

Os títulos para negociação com vencimento acima de um ano, estão classificados no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do BACEN.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos e os Global Bonds são custodiados no CEDEL Clearstream.

<sup>(\*)</sup> Distribuição de prazos efetuado com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

<sup>(\*\*)</sup> O saldo contábil total inclui operações vinculadas à prestação de garantias no montante de R\$ 405.534, sendo R\$ 380.576 referentes à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço, Debêntures com base na última negociação divulgada pela ANBIMA, Global Bonds com base no mercado secundário (Bloomberg) e o das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador do fundo.

#### c) Reclassificação de categoria dos títulos e valores mobiliários

No final do exercício de 2017, visando refletir adequadamente o processo de gestão de caixa do Conglomerado, a Administração procedeu a reclassificação de títulos classificados na carteira de títulos para negociação, no montante de R\$ 4.190.678, para a categoria disponível para venda.

#### 6. CARTEIRA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

#### a) Política de utilização

Em função da Regra *Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, mantiveram-se suspensas as operações da carteira *trading* do CCB Brasil. Durante o primeiro semestre o CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras próprias. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do Conglomerado.

## b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de *Swap*, NDF e Mercado Futuro para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior e empréstimos em moeda estrangeira com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico e contábil quando aplicável, para essas operações.

#### c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas

A Instituição adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando a relação de *duration* entre os vencimentos dos contratos futuros de DI e o *duration* do portfólio de crédito. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do *hedge*, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do *fair value hedge* dessa relação foi aplicado apenas no balanço consolidado. A cobertura do *hedge* é avaliada trimestralmente e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A substituição dos contratos futuros de DI é periódica, conforme identificada a abertura de novos contratos futuros e detectada sua liquidez. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*. O objetivo é garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

#### d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 29 de junho de 2018 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e renda variável, que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking* e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

#### e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- Futuros e Termo: cotações em bolsas, e
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

#### f) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 30 de junho de 2018), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações em aberto em 30 de junho de 2018 apresentam as seguintes características:

			Valor de referência			
			Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos			e (Passivos)
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap						
Mercado Interfinanceiro	524	516	(88.202)	(458.272)	(244.316)	(790.790)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Moeda Estrangeira	544.105	40.232	88.202	458.272	244.316	790.790
Subtotal	544.629	40.748	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(5.570)	652	-	-	-	-
Total	<u>539.059</u>	<u>41.400</u>	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF						
Compra de Termo/NDF	219	-	1.618	-	-	1.618
Venda de Termo/NDF	-	6.252	(39.137)	(51.222)	-	(90.359)
Subtotal	<u>219</u>	<u>6.252</u>	-	-	-	•
Total	<u>539.278</u>	<u>47.652</u>	-	-	-	•
Contratos Futuros (*)						
Venda – Mercado Interfinanceiro	3	1.758	(47.833)	(866.918)	(1.572.220)	(2.486.971)
Compra – DDI – Cupom Cambial	5.671	-	198.633	1.203.865	-	1.402.498
Venda – DDI – Cupom Cambial	-	1	(77.097)	-	-	(77.097)
Compra – Moeda Estrangeira	274	2	136.315	-	-	136.315
Venda – Moeda Estrangeira	-	5.153	(1.392.449)	-	-	(1.392.449)
Total	<u>5.948</u>	<u>6.914</u>	-	-	-	•

<sup>(\*)</sup> O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações em aberto em 30 de junho de 2017 apresentam as seguintes características:

					Valor	de referência
			Posiçã	o líquida de c	ontratos Ativos	e (Passivos)
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap						
Mercado Interfinanceiro	1.942	49.990	(467.918)	(1.920.612)	(274.859)	(2.663.389)
Moeda Estrangeira	346.696	1.133	505.938	1.914.044	274.859	2.694.841
Pré	1.670	5.192	(38.020)	6.568	-	(31.452)
Subtotal	350.308	<u>56.315</u>	•	1	•	-
Ajuste ao Valor de Mercado	12.085	958	-	-	-	-
Total	362.393	<u>57.273</u>	•	-	-	-
Contratos de Termo/NDF						
Compra de Termo/NDF	68	557	10.022	4.299	1	14.321
Venda de Termo/NDF	1.162	1.118	(13.791)	(40.658)	(11.324)	(65.773)
Subtotal	1.230	<u>1.675</u>	-	-	-	-
Total	363.623	<u>58.948</u>	-	-	-	-
Contratos Futuros(*)						
Compra – Mercado Interfinanceiro	1	-	ı	10.060	1	10.060
Venda – Mercado Interfinanceiro	-	5.269	(34.431)	(1.347.024)	(1.974.333)	(3.355.788)
Compra – DDI – Cupom Cambial	843	-	368.065	1.234.331	11.299	1.613.695
Compra – Moeda Estrangeira	-	-	2.495	-	-	2.495

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Total	843	505 <b>5.774</b>	(/21./1/)	-	-	(/21./1/)
Venda – Moeda Estrangeira	_	505	(721.717)	-	-	(721.717)

<sup>(\*)</sup> O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações de "swap" e "NDF" encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de "mercado futuro" encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

		Junho/18		Junho	o/17
Título	Vencimento	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
L.F.T	01/03/2019	-	-	9.678	9.678
L.F.T	01/03/2020	-	1	6.053	6.053
L.F.T	01/09/2020	116.045	116.045	364.845	364.845
Total		<u>116.045</u>	<u>116.045</u>	<u>380.576</u>	<u>380.576</u>

#### g) Hedge accounting

A partir do exercício de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contrata operações de instrumentos financeiros derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classifica a estrutura como *hedge accounting* de risco de mercado.

O Banco e a Financeira detêm portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas préfixadas, expondo a Instituição ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco da Instituição são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de risco de mercado registrados exclusivamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A efetividade apurada para as carteiras de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Em 30 de junho de 2018 a estrutura de *hedge accounting* está representada da seguinte forma:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Instrumento de</u> <u>Hedge a valor de</u> <u>mercado</u>	Objeto de Hedge a valor de mercado
Hedge de captações no exterior	1.845.829	1.841.250
Hedge da carteira de varejo	2.379.304	2.146.612

Em 30 de junho de 2017 a estrutura de *hedge accounting* está representada da seguinte forma:

	<u>Instrumento de</u> <u>Hedge a valor de</u> <u>mercado</u>	Objeto de Hedge a valor de mercado
Hedge de captações no exterior	4.010.729	3.997.260
Hedge da carteira de varejo	3.223.998	2.579.018

## 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

## a) Diversificação por tipo de operação

Modalidade	Junho/18	Junho/17
Capital de giro e descontos	3.222.875	2.382.649
Crédito pessoal consignado	1.870.008	2.364.656
Financiamentos à exportação	1.390.306	854.394
Financiamentos rurais e agroindustriais	275.256	73.833
Financiamentos à importação	194.811	182.770
Financiamentos de veículos	196.704	314.469
Contas garantidas	6.152	7.751
Financiamentos imobiliários e habitacionais	1.985	2.014
Crédito a pessoas físicas	891	884
Cheque Empresarial	125	277
Outros	162.574	453.798
Operações de crédito	<u>7.321.687</u>	6.637.495
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	856.588	385.647
Títulos e créditos a receber (nota 10)	89.592	4.625
Devedores por compra de valores e bens (nota 10)	71.429	85.641
Fianças honradas	25.070	25.424
Outros créditos	1.042.679	<u>501.337</u>
Operações de arrendamento mercantil	23.203	39.715
Total	<u>8.387.569</u>	7.178.547

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(\*) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de câmbio" (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de câmbio".

## b) Diversificação por setor de atividade

	Junho/18	Junho/17
Setor Público	2.011	15.425
Setor Privado	6.248.538	4.393.993
Outros serviços	3.125.452	1.856.115
Indústria	2.191.804	1.838.280
Comércio	853.848	567.081
Agronegócio	77.434	131.329
Intermediários financeiros	-	1.188
Pessoas físicas	2.137.020	2.769.129
Total	8.387.569	<u>7.178.547</u>

## c) Diversificação por prazos - por parcela

	Junho/18	%	Junho/17	%
Setor Público	2.011	0,02	15.425	0,22
Até 03 meses	1.011	0,01	3.050	0,04
De 03 meses até 01 ano	1.000	0,01	9.034	0,13
Acima de 01 ano	-	-	3.341	0,05
Setor Privado	8.385.558	99,98	7.163.122	99,78
Até 03 meses	1.540.156	18,36	1.060.748	14,78
De 03 meses até 01 ano	2.375.595	28,33	2.208.544	30,76
Acima de 01 ano	4.358.402	51,96	3.688.056	51,37
Vencidos a partir de 15				
dias	111.405	1,33	205.774	2,87
Total	<u>8.387.569</u>	100,00	<u>7.178.547</u>	100,00

## d) Composição da carteira por níveis de risco

	Junho/18		Junho/17			
Nível de risco	Base de cálculo	Provisão	% (*)	Base de cálculo	Provisão	% (*)
AA	2.391.632	-	28,51	1.089.455	-	15,19
Α	3.551.779	17.758	42,35	3.357.133	16.785	46,83
В	1.481.610	14.816	17,67	976.703	9.767	13,63
С	208.220	6.247	2,48	556.499	16.695	7,76
D	95.002	9.500	1,13	156.987	15.699	2,19

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Total	8.387.569	528.434	100,00	7.178.547	<u>670.175</u>	100,00
Н	330.436	330.436	3,94	321.854	321.854	4,49
G	99.650	69.755	1,19	91.554	64.087	1,28
F	55.747	27.874	0,66	183.896	91.948	4,11
E	173.493	52.048	2,07	444.466	133.340	4,52

<sup>(\*)</sup> Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total

## e) Níveis de concentração de risco

	Junho/18		Junho/18 Junho/17	
	R\$	%	R\$	%
10 Maiores devedores	2.267.327	27,03	1.700.602	23,37
100 Maiores devedores	5.618.454	66,97	3.661.446	49,18

#### f) Cessão de crédito

#### f.1) Cessão de crédito interbancário

Em exercícios anteriores aos apresentados o CCB Brasil realizou operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.533/08, que determinou novos critérios para reconhecimento contábil e classificação das operações de cessão de crédito, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012, as referidas cessões estão classificadas na categoria de "operações com retenção substancial de risco e benefícios" e apresentam o saldo de R\$ 208.180 (Junho/17 - R\$ 456.905), e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas à cessão é de R\$ 224.662 (Junho/17 - R\$ 503.353). A despesa registrada no 1º. Semestre de 2018 das obrigações vinculadas foi de R\$ 25.503 (Junho/17 - R\$ 56.748), decorrentes da apropriação "pro rata temporis" pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução CMN nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

#### f.2) Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada

No semestre findo em 30 de junho de 2018 foram realizadas cessões de operações de crédito anteriormente baixadas para prejuízo, com transferência substancial dos riscos e benefícios, a pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional. O resultado dessas cessões foi de R\$ 3.862 (Junho/17 – R\$ 525). Em 30 de junho de 2018 não houve cessão de créditos em carteira para empresa não financeira e não ligadas (Junho/17 – ).

#### f.3) Cessão de crédito para securitizadoras de crédito (empresas não ligadas)

No semestre findo em 30 de junho de 2018 foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, operações de crédito de capital de giro e outros ativos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", as quais estavam provisionadas, resultando no reconhecimento de despesa no valor de R\$ 19.730 (Junho/17 – ), além de operações

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

de crédito já baixadas para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 93.694 (Junho/17 – ). As cessões foram realizadas considerando avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão, e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos créditos, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de créditos.

#### g) Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil da controlada é representado pelo seu respectivo valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as guais são resumidas como segue:

	Junho/18	Junho/17
Arrendamento a receber	18.947	30.426
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(18.946)	(29.452)
Bens arrendados	71.031	176.573
Superveniência de depreciação	19.928	8.462
Depreciação de bens arrendados	(39.717)	(107.472)
Perdas em arrendamento mercantil a amortizar	5.684	3.749
Valor residual antecipado	(33.724)	(42.571)
Total carteira de arrendamento mercantil	23.203	<u>39.715</u>

#### 8. PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

#### Movimentação da provisão

	Junho/18	Junho/17
Saldo inicial – Dezembro	494.860	498.319
Constituição de provisão para créditos do período	253.489	334.867
Reversão de provisão para créditos do período	(13.128)	(33.245)
Reversão de provisão sobre créditos cedidos	(31.297)	ı
Subtotal	703.924	799.941
Baixas para prejuízo	(175.490)	(129.766)
Saldo final – Junho	<u>528.434</u>	<u>670.175</u>
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	57.174	34.349
Créditos renegociados no período	-	108.546
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	6,30	9,34

#### 9. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Junho/18	Junho/17
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	1.122.096	5.222.644

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Direitos sobre vendas de câmbio	179.675	200.948
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(1.665)	(13.080)
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	17.343	9.020
Total	1.317.449	<u>5.419.532</u>
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	180.183	578.810
Obrigações por compras de câmbio	1.013.004	4.833.908
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(839.245)	(376.627)
Valores em moeda estrangeira a pagar	-	3.809
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	-	22
Total	353.942	5.039.922

### 10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Junho/18	Junho/17
Devedores por depósitos em garantia (nota 21f)	523.802	473.003
Títulos e créditos a receber (*)	114.933	50.430
Devedores por compra de bens a prazo (nota 7a)	71.429	85.641
Pagamentos a ressarcir	49.489	37.607
Tributos a compensar e recuperar	47.495	74.597
Devedores diversos – país	27.236	27.581
Direitos específicos de controladas não sujeitas ao Banco Central	4.847	4.894
Adiantamentos e antecipações salariais	3.569	4.830
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	868	3.576
Total	843.668	762.159

<sup>(\*)</sup> Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações com característica de crédito no montante de R\$ 89.592 (Junho/17 – R\$ 4.625) conforme nota 7a. Contempla também valores a receber de R\$ 14.426 (Junho/17 – R\$ 28.569) de precatórios do Governo Federal e R\$ 6.261 (Junho/17 – R\$ 13.653) a receber dos órgãos públicos referentes repasse de crédito consignado, todos classificados como operações sem característica de operações de crédito.

## 11. OUTROS VALORES E BENS

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	Junho/18	Junho/17
Imóveis	407.141	335.543
Máquinas e equipamentos	27.182	26.692
Veículos e afins	13.724	16.105
Material em estoque	60	91
Outros	742	821
Subtotal	448.849	<u>379.252</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(139.779)	(96.321)
Total	309.070	282.931

#### 12. ATIVO PERMANENTE

### a) Imobilizado de uso

	Custo		Provisâ pei	•	Depreciação acumulada		Valor líquido	
	Jun/18	Jun/17	Jun/18	Jun/17	Jun/18	Jun/17	Jun/18	Jun/17
Terrenos	107	3.259	-	-	-	-	107	3.259
Edificações	85.523	155.073	(27)	-	(45.897)	(90.380)	39.599	64.693
Instalações	2.902	2.808	-	-	(900)	(325)	2.002	2.483
Máquinas e equipamentos de uso	15.294	16.231	(1.010)	(769)	(9.772)	(9.570)	4.512	5.892
Sistema de processamento de dados	10.111	12.538	(15)	(67)	(9.755)	(12.022)	341	449
Sistema de transporte	994	994	-	-	(868)	(697)	126	297
Sistema de comunicação	2.302	2.422	(334)	-	(1.264)	(1.220)	704	1.202
Sistema de segurança	1.456	1.456	(47)	(38)	(953)	(825)	456	593
Outras imobilizações em curso	-	675	_	-	-	-	-	675
Total	118.689	195.456	(1.433)	<u>(874)</u>	(69.409)	(115.039)	47.847	79.543

## b) Ativos intangíveis

## **b.1) Classe dos ativos intangíveis** – Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

	Taxas de	Custo			Amortização acumulada		Valor líquido	
	amortiza ção %	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17	
Softwares	20	20.500	17.193	(15.961)	(12.573)	4.539	4.620	
Ágio (*)	10	105.190	105.190	(85.029)	(74.510)	20.161	30.680	
Total		<u>125.690</u>	122.383	(100.990)	(87.083)	24.700	<u>35.300</u>	

## b.2) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	Dezembro/17	Adições	Amortização/ Baixa	Junho/18
Softwares	4.892	1.412	(1.766)	4.538
Ágio (*)	25.421	1	(5.259)	20.162
Total	30.313	1.412	(7.025)	24.700

<sup>(\*)</sup> Ágio apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

realização de operações de varejo de forma conjunta entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, amortizado de forma linear pelo mesmo período.

### c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a administração efetuou teste de valor recuperável dos seus ativos, e foi constituída provisão para perda no montante de R\$ 1.433 (Junho/17 – R\$ 874) de itens do ativo imobilizado que apresentaram indícios de perda no valor recuperável.

### 13. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam: patrimônio líquido de R\$ 438.154 (Junho/17 – R\$ 283.101) e ativos totais de R\$ 5.419.531 (Junho/17 – R\$ 7.966.697).

## 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a) Partes relacionadas

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (pa	assivos)	Receitas /	(despesas)	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17	
Disponibilidades em moedas estrangeiras	6.470	1.456	-	-	
China Construction Bank Corporation (d)	6.470	1.456	_	-	
Cotas de Fundo de Investimentos	23.584	16.922	748	1.937	
FIDC BRASILFactors (b)	23.584	16.922	748	1.937	
Outros créditos – Rendas a Receber	20	-	24	-	
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	20	-	24	-	
Depósitos à vista	(543)	(353)	_	_	
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(3)	(2)	-	-	
BRASILFactors S.A. (f)	(2)	-	-	-	
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(67)	-	-	-	
Pessoal-chave da Administração (c)	(471)	(351)		_	
Depósitos a prazo	(167.016)	(58.157)	(5.451)	(54.100)	
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(731)	(711)	(23)	(34)	
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	-	-	(52)	-	
BRASILFactors S.A. (f)	(113)	(1.960)	(16)	(176)	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

FIDC BRASILFactors (b)	(4.373)	(2.697)	-	(1.380)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(161.332)	(52.464)	(5.006)	(52.464)
Pessoal-chave da Administração (c)	(467)	(325)	(7)	(46)
LCA	(8.538)	(547)	(154)	(67)
Pessoal-chave da Administração (c)	(8.538)	(547)	(154)	(67)
LCI	(277)	(578)	(7)	(25)
Pessoal-chave da Administração (c)	(277)	(578)	(7)	(25)
NDF	1.152	-	1.438	-
BRASILFactors S.A. (f)	1.152	-	1.438	-
Obrigações por empréstimos	(5.969.308)	(6.898.009)	(397.310)	(428.419)
China Construction Bank Corporation (d)	(5.969.308)	(6.898.009)	(397.310)	(428.419)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(673.300)	(577.729)	(64.813)	(18.148)
China Construction Bank Corporation (d)	(673.300)	(577.729)	(64.813)	(18.148)

#### A saber:

- (a) Controladas e Coligadas direta
- (b) Controladas e Coligadas indireta
- (c) Pessoal Chave da Administração
- (d) Controlador indireto sediado no exterior (nota 1)
- (e) Controladora direta
- (f) Controlada em conjunto (joint venture)

### a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As operações de LCA foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Junho/17 – 96%) e possuem vencimento final em até 02 anos (Junho/17 – até 01 ano). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Junho/17 – 96%) e possuem vencimento final em até 01 ano (Junho/17 – em até 01 ano). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 101% do CDI (Junho/17 – 101% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 03 anos (Junho/17 – em até 02 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 3,05% a.a. (Junho/17 – 1,70% a.a.) e variação cambial, com vencimento final em até 08 anos (Junho/17 – em até 09 anos).

### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Durante o primeiro semestre de 2017, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de prejuízo líquido. Com relação a 2018, se aplicável, o Comitê de remuneração fará preposição com base no lucro do exercício.

## b.1) Benefícios de curto prazo – Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	Junho/18	Junho/17
Remuneração fixa	6.919	8.884
Outros	646	464
Total	<u>7.565</u>	9.348

### b.2) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

### b.3) Outras informações

Conforme legislação em vigor, o CCB Brasil não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%, e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo CCB Brasil empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria e seus cônjuges e parentes até o 2º grau.

#### 15. DEPÓSITOS

#### Distribuição por prazos de vencimento

					Junho/18
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Total
Sem vencimento	84.092	-	-	4.373	88.465
Até 03 meses	-	453.783	433.028	-	886.811
De 03 meses a 01 ano	-	1.327.604	71.475	-	1.399.079
De 01 a 03 anos	-	1.265.208	-	-	1.265.208
De 03 a 05 anos	-	-	33.983	_	33.983
Total	84.092	3.046.595	<u>538.486</u>	<u>4.373</u>	3.673.546

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(\*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 888.390, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

					Junho/17
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Total
Sem vencimento	80.704	-	1	9.122	89.826
Até 03 meses	1	644.671	132.928	_	777.599
De 03 meses a 01 ano	1	1.106.877	85.899	_	1.192.776
De 01 a 03 anos	1	596.307	38.275	-	634.582
De 03 a 05 anos	-	39.294	28.608	-	67.902
Total	80.704	2.387.149	<u>285.710</u>	<u>9.122</u>	2.762.685

<sup>(\*)</sup> Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 360.643, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

## 16. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE LETRAS EMITIDAS

### a) Captações no Mercado Aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação em 02 de julho de 2018 e 12 de junho de 2019, lastreados por LFT com vencimento até setembro de 2022.

#### b) Recursos de Letras Emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, Letras Financeiras – LF e Letras de Crédito Imobiliário – LCI, assim distribuídos:

		Junho/18		Junho/17		
Vencimento	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
Até 03 meses	15.453	96.018	-	31.399	77.952	1.302
De 03 meses a 01 ano	18.564	228.014	57.878	63.318	35.270	26.663
De 01 a 03 anos	885	52.423	368.885	2.635	18.172	61.770
Total	<u>34.902</u>	<u>376.455</u>	<u>426.763</u>	97.352	131.394	<u>89.735</u>

#### 17. EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,0% a.a. (Junho/17 - 2,7% a.a.). Os vencimentos estão assim distribuídos:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

MÚLTIPLO E CONSOLIDADO						
		Junho/18		Junho/17		
Vencimento	R\$	%	R\$	%		
Até 03 meses	3.369.466	48,82	1.924.887	25,32		
De 03 meses a 01 ano	3.336.710	48,34	5.321.102	69,99		
De 01 a 03 anos	107.149	1,55	242.076	3,18		
De 03 a 05 anos	63.670	0,92	102.425	1,35		
Acima de 05 anos	25.872	0,37	11.743	0,16		
Total	6.902.867	100,00	7.602.233	100,00		

As operações de empréstimos e repasses do exterior, que contém cláusulas restritivas ("covenants"), são classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de indicadores, entretanto, a nota acima, mantêm os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do "waiver" obtido em datas anteriores. Em Junho/17 as despesas associadas às captações de recursos no valor de R\$ 34, são registradas como redutoras das respectivas captações e apropriadas ao resultado pelo prazo da operação.

O Banco possui operações de empréstimos efetuados junto a sua matriz na China no valor total de R\$ 5.348.133 (Junho/17 – R\$ 6.196.998), com vencimento inferior a um ano, renováveis automaticamente, de acordo com a necessidade de liquidez do conglomerado CCB Brasil.

Em 2017, o Banco realizou captações vinculadas a operações ativas de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02, dentre elas:

- I vinculação entre os recursos captados e a operação ativa correspondente;
- II subordinação da exigibilidade dos recursos captados ao fluxo de pagamentos da operação ativa vinculada;
- III remuneração da operação ativa vinculada suficiente para cobrir os custos da operação de captação;
- IV compatibilidade entre os fluxos de caixa da operação ativa vinculada e da operação de captação;
- V prazo da operação de captação igual ou maior que os da operação ativa vinculada;
- VI postergação de qualquer pagamento ao credor, inclusive a título de encargos ou amortização, em caso de inadimplemento na operação ativa vinculada, e
- VII não pagamento, total ou parcial, do principal e de encargos ao credor, na hipótese de a execução de garantias não ser suficiente para a liquidação da operação ativa vinculada, ou em outras situações de não liquidação dessa operação.

Desta forma, visando apresentar a melhor estimativa de desembolso esperado em relação a obrigação vinculada, bem como a redução de assimetrias, a administração retificou o saldo do grupo "Empréstimos no Exterior" pelo montante de R\$ 290.011 (Junho/17 – ), sendo R\$ 137.767 (Junho/17 – ) em contrapartida ao resultado do período, com base na piora da qualidade de crédito dos ativos vinculados, além do valor de realização das garantias obtidas em cada operação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 30 de junho de 2018 o montante das captações vinculadas a operações ativas é de R\$ 621.195 (Junho/17 – R\$ 701.011), e o saldo das operações ativas é de R\$ 587.711 (Junho/17 – R\$ 669.113), sendo que R\$ 233.493 (Junho/17 – ), estão representados por créditos que apresentam parcela vencida há mais de 1 dia.

## 18. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até outubro de 2018 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH – Programa Social de Habitação e PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

## 19. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Junho/18	Junho/17
Provisão para imposto de renda diferido (nota 25c)	172.812	148.230
Impostos e contribuições a recolher	9.608	8.506
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	6.575	16.240
Total	188.995	172.976

## 20. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	Junho/18	Junho/17
Provisão para passivos contingentes (*)	917.281	851.508
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota 28)	157.191	103.246
Credores diversos – país	39.662	18.594
Credores por antecipação de valores residuais	33.724	42.571
Provisão para pagamentos a efetuar	29.971	33.975
Obrigações específicas de controladas não sujeitas ao BACEN	6.970	9.214
Valores a pagar a sociedades ligadas	134	135
Outros	-	2
Total	<u>1.184.933</u>	1.059.245

<sup>(\*)</sup> Refere-se à provisão para processos trabalhistas, cíveis e fiscais (nota 21).

## 21. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Conglomerado é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

### a) Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### b) Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

### c) Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

**CSLL x Isonomia** – valor envolvido R\$ 152.004 (Junho/17 – R\$ 145.652): pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 a 2014, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**COFINS x Lei nº 9.718/98** – valor envolvido R\$ 530.487 (Junho/17 – R\$ 508.526): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 26.850 (Junho/17 – R\$ 25.434).

**PIS x Lei nº 9.718/98** – valor envolvido R\$ 84.263 (Junho/17 – R\$ 80.695): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 92.514 (Junho/17 – R\$ 87.139).

PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 – valor envolvido R\$ 17.931 (Junho/17 – R\$ 12.689): pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da "irretroatividade" e da "anterioridade nonagesimal", bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44º da Lei nº 4.506/64, no art.12º do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226º do Decreto nº 1.041/94. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 17.931 (Junho/17 – R\$ 17.114).

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC № 56/87 – valor envolvido R\$ 1.238 (Junho/17 – R\$ 1.163): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### d) Processos fiscais e previdenciários classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela Instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC № 56/87 – valor envolvido R\$ 20.524 (Junho/17 – R\$ 19.864): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacifica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**PDD** / **94** – valor envolvido R\$ 25.084 (Junho/17 – R\$ 24.040): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43º, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 107.949 (Junho/17 – R\$ 102.953): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2012, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do art. 7º, XI, da Constituição Federal e art. 28º, § 9º, da Lei nº 8.212/91.

**IRPJ/CSLL** – valor envolvido R\$ 88.214 (Junho/17 – ): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

## e) Passivos contingentes – Trabalhistas e Cíveis

#### **Processos trabalhistas**

O Consolidado possui 197 (Junho/17 – 172) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 55.827 (Junho/17 – R\$ 47.812). Existem 199 (Junho/17 – 131) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 11.359 (Junho/17 – R\$ 8.526), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 8.617 (Junho/17 – R\$ 6.428). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### Processos cíveis

O Consolidado possui 2.899 (Junho/17 - 3.312) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 75.531 (Junho/17 - R\$ 54.971). Existem 451 (Junho/17 - 521) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 471.410 (Junho/17 - R\$ 605.362), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 273.567 (Junho/17 - R\$ 279.810). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

## f) Movimentação das provisões para "obrigações legais" e "passivos contingentes", classificados como perda provável

Descrição	Dezembro/17	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	Junho/18
Cíveis	71.006	6.954	(1.425)	-	(1.004)	75.531
Trabalhistas	45.608	10.222	(3)	-	-	55.827
Subtotal	116.614	17.176	(1.428)	•	(1.004)	131.358
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/17	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	Junho/18
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	149.299	-	-	2.705	-	152.004
PIS – Receita Bruta Operacional – EC nº 10/96 e EC 17/97	17.583	-	-	348	-	17.931
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	82.782	-	-	1.481	-	84.263
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	521.134	-	-	9.353	-	530.487
ISS – Serviços Não Tributados – LC nº 56/87	1.199	_	-	39	-	1.238
Subtotal	771.997		-	13.926	-	785.923
Total	888.611	<u>17.176</u>	(1.428)	13.926	(1.004)	917.281

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 115.266 – processos Cíveis, R\$ 25.294 – processos Trabalhistas e R\$ 383.171 – processos Fiscais.

Descrição	Dezembro/16	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	Junho/17
Cíveis	70.578	4.863	(12.480)	1	(7.990)	54.971
Trabalhistas	40.921	9.633	(605)	1	(2.137)	47.812
Subtotal	111.499	14.496	(13.085)	•	(10.127)	102.783
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/16	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	Junho/17
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 a 2014	140.644	-	-	5.008	-	145.652
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	12.511	-	-	178	-	12.689
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	77.949	_	_	2.746	_	80.695

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	495.820	135	(4.180)	16.751	-	508.526
ISS - Serviços Não Tributados - LC nº 56/87	1.679	-	(574)	58	-	1.163
ISS – Operações de Leasing fora da Sede	247	-	(248)	1	1	-
Subtotal	728.850	135	(5.002)	24.742	-	748.725
Total	<u>840.349</u>	14.631	(18.087)	<u>24.742</u>	(10.127)	<u>851.508</u>

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 111.210 – processos Cíveis, R\$ 25.359 – processos Trabalhistas e R\$ 336.361 – processos Fiscais.

## 22. CAPTAÇÕES E EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

## a) Dívida subordinada

Esta representada por captações que compõem o cálculo do Capital de Nível II para fins de apuração dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Junho/18	Junho/17
CDB	R\$				100% taxa		
Subordinado	200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	Selic	473.927	441.328
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	1.060.315	908.083
LOAN	US\$						
Subordinado	32.000	30/07/2010	15/10/2017	52.093	7,31%	-	107.432
Total - Nível II PR						1.534.242	<u>1.456.843</u>

### b) Instrumento de dívida elegível a capital

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Junho/18	Junho/17
EMTN – ITB Nível II	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,20%	392.598	336.841
EMTN – ITB Nível I	US\$ 70.000	30/12/2016	30/12/2021	228.025	8,00%	280.702	240.888
Total PR						673.300	577.729

### 23. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

### 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Ações

O capital social do Banco é de R\$ 2.956.864 (Junho/17 – R\$ 1.699.886) e está dividido em 465.631.466 ações nominativas (Junho/17 – 354.322.935), sendo 297.223.908 ordinárias (Junho/17 – 225.459.526) e 168.407.558 preferenciais (Junho/17 – 128.863.409), sem valor nominal.

Em 26 de outubro de 2017 o Conselho de Administração propôs o aumento de capital mediante a emissão de 113.647.791 novas ações ao preço de R\$ 11,07 por ação, sendo 72.315.322 ordinárias e 41.332.469 preferenciais que perfaz um montante de R\$ 1.258.081, o qual foi aprovado nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 26 de outubro e 27 de novembro de 2017, sendo R\$ 1.256.978 destinados a aumento de capital e R\$ 1.103 para constituição de reservas de capital, destinadas a suportar resgate de ações. Do total, foram subscritas e integralizadas, na data da Assembleia, a quantidade de 110.845.180, sendo 72.138.610 ações ordinárias e 38.706.570 ações preferencias no montante de R\$ 1.227.056. As sobras de ações no total de 2.802.611, sendo 176.712 ordinárias e 2.625.899 preferenciais, no montante de R\$ 31.025, foram subscritas e integralizadas em 27 de novembro de 2017 pelo acionista controlador, após verificação do não exercício do direito de preferência pelos demais acionistas. Em 12 de dezembro de 2017, o aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 22 de dezembro de 2017 o Conselho de Administração propôs e a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas aprovou o resgate de ações nos termos do artigo 4º, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações, e da Instrução CVM nº 361, envolvendo a totalidade das 550.940 ações ordinárias e 1.788.320 ações preferenciais remanescentes em circulação após o leilão da OPA ocorrido em 1º de outubro de 2016. O valor a ser pago é de R\$ 7,30 por ação, ajustado pela variação da SELIC desde 29 de agosto de 2014, totalizando o montante de R\$ 25.160, e está sendo liquidado desde 04 de janeiro de 2018, à conta de reservas de capital, sem necessidade da redução de capital social.

O quadro de acionistas do CCB Brasil passou a ser o seguinte:

Acionista	Participação (%)	Ações ordinárias Ações		Ações pref	erenciais	Total	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
CCB Holding	100%	297.223.908	1.794.511	168.407.558	1.162.353	465.631.466	2.956.864

#### b) Ações em tesouraria

Até 30 de junho de 2018 foram adquiridas 6.879.540 ações preferencias no montante de R\$ 58.593, deste montante, 481.022 ações foram transferidas aos administradores a título de remuneração variável nos anos de 2013 e 2014.

O custo mínimo, médio e máximo por ação foi de R\$ 6,96, R\$ 8,52 e R\$ 9,70. Não há valor de mercado para estas ações.

Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria em 30 de junho de 2018 corresponde a 6.398.518 ações no montante de R\$ 55.105 (Junho/17 – R\$ 55.105).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

### c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas – o prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

## 25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O crédito tributário e o passivo diferido, relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados até 30 de junho de 2018, com base nas premissas do Estudo Técnico para Créditos Tributários, foram calculados com a alíquota de 20% pelo período de 2016 a 2018 e alíquota de 15% para os exercícios a partir de 2019, inclusive.

a) Créditos tributários: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no CCB Brasil - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

	Dezembro/17	Realizações	Adições	Ajustes (CSLL) 15% - 20%	Baixa	Junho/18
<u>Descrição</u>						
Imposto de Renda						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	118.577	(25.029)	60.481	-	-	154.029
Provisão para desvalorização de bens não de uso	34.065	(1.289)	548	-	-	33.324
Provisão para contingências e outras	247.639	(22.791)	21.138	-	-	245.986
Subtotal	400.281	(49.109)	<u>82.167</u>	-	-	433.339
Prejuízo fiscal	295.316	(1.741)	-	-	(14.037)	279.538
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	<u>695.597</u>	<u>(50.850)</u>	<u>82.167</u>		(14.037)	<u>712.877</u>
Contribuição Social						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	78.728	(20.621)	46.646	(10.406)	-	94.347
Provisão para desvalorização de bens não de uso	20.921	(1.057)	439	146	-	20.449
Provisão para contingências e outras	157.293	(18.839)	34.169	(15.328)	-	157.295
Subtotal	<u>256.942</u>	(40.517)	<u>81.254</u>	(25.588)	-	<u>272.091</u>
Base negativa da CSLL acumulada	187.587	(1.994)	-	-	(11.242)	174.351
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	444.529	<u>(42.511)</u>	<u>81.254</u>	(25.588)	(11.242)	446.442
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.140.126	<u>(93.361)</u>	<u>163.421</u>	(25.588)	(25.279)	1.159.319

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Dezembro/16	<u>Realizações</u>	<u>Adições</u>	<u>Ajustes (CSLL)</u> <u>15% - 20%</u>	Baixa Res. nº 3.059/02	Junho/17
<u>Descrição</u>						
Imposto de Renda						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	130.006	(28.056)	77.793	-	-	179.743
Provisão para desvalorização de bens não de uso	20.647	(134)	1.877	-	-	22.390
Provisão para contingências e outras	298.001	(103.923)	80.222	-	-	274.300
Subtotal	448.654	(132.113)	159.892	_	-	476.433
Prejuízo fiscal	414.971	(4.383)	78.536	1	(179.150)	309.974
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	<u>863.625</u>	(136.496)	238.428	-	(179.150)	<u>786.407</u>
Contribuição Social						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	113.874	(22.824)	62.159	(13.773)	-	139.436
Provisão para desvalorização de bens não de uso	13.485	(107)	1.502	1.195	1	16.075
Provisão para contingências e outras	175.502	(83.334)	64.140	18.168	-	174.476
Subtotal	302.861	(106.265)	127.801	<u>5.590</u>	-	329.987
Base negativa da CSLL acumulada	281.492	(2.259)	57.742	(10.275)	(137.929)	188.771
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	584.353	(108.524)	185.543	(4.685)	(137.929)	<u>518.758</u>
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.447.978	(245.020)	423.971	(4.685)	(317.079)	1.305.165

**Realização dos créditos tributários** - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

Realização dos Créditos Tributários								Junho/18	Junho/17				
Ano Projetado	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total	Total
Valor Projetado	122.459	56.827	51.527	59.508	148.818	118.211	71.340	85.520	108.727	59.308	277.074	1.159.319	1.305.165
Valor Presente (*)	118.803	51.888	44.281	48.131	113.286	84.693	48.106	54.275	64.945	33.342	146.602	808.352	890.727
% Realização	10,6%	4,9%	4,4%	5,1%	12,8%	10,2%	6,1%	7,4%	9,4%	5,1%	24,0%	100,0%	

<sup>(\*)</sup> Calculado com base na taxa Selic projetada.

A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução CMN nº 3.059/02.

Nesse contexto a referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. Consoante a Resolução CMN nº 3.059/02, esta condição deixou de ser aplicável no Banco até o exercício de 2014, em decorrência da mudança de controle acionário ocorrida no final daquele ano.

Desta forma, no primeiro semestre de 2017, a Administração do Banco apresentou estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15 do BACEN, que resultou na autorização do Banco Central do Brasil para manutenção do saldo de créditos tributários advindos de prejuízo fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social registrados em 31 de maio de 2017, para os quais o Banco possui expectativa de realização, conforme estudo técnico de realização de crédito tributário, em até 10 anos, bem como dar continuidade ao registro de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias apuradas na base de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Diante do exposto, o Banco e o Consolidado possuem créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 548.767 (Junho/17 – R\$ 346.088) para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 3.059/02 de até 10 anos.

### b) Crédito presumido

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o primeiro semestre de 2018 o Banco recuperou R\$ 61.619, decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 24.648, foram registrados como redutor do crédito presumido originalmente contabilizado, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pela Instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Crédito Presumido Constituído	2014	2015	2016	2017	2018	Total
	78.983	107.450	194.229	(47.361)	(24.648)	308.653

### c) Passivo diferido

O Banco possui registrado R\$ 146.838 (Junho/17 – R\$ 124.680) no Múltiplo e no Consolidado, a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste positivo do MTM dos Títulos Públicos e Derivativos que serão realizados durante o prazo das operações reconhecidas a valor

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

justo e, no Consolidado, a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre *hedge accounting,* o valor de R\$ 20.992 (Junho/17 – R\$ 21.435), que serão realizados durante o prazo das operações com empréstimos consignados.

O CCB Brasil Arrendamento Mercantil possui registrado R\$ 4.982 (Junho/17 - R\$ 2.115) a título de imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação, que será realizado durante o prazo das operações de arrendamento.

## d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

		Junho/18		Junho/17
Apuração	<u>IR</u>	<u>cs</u>	<u>IR</u>	<u>cs</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	72.942	72.942	(324.360)	(324.360)
(-) Juros sobre o capital próprio	(9.168)	(9.168)	-	-
Base de cálculo	63.774	63.774	(324.360)	(324.360)
Adições temporárias	328.984	328.984	677.920	671.799
Adições permanentes	60.468	60.468	189.354	189.354
Exclusões	(517.993)	(517.993)	(808.610)	(807.823)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL	(64.767)	(64.767)	(265.696)	(271.030)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	85.408	83.439	365.694	365.694
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(6.192)	(6.192)	(7.767)	(7.767)
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	14.449	12.480	92.231	86.897
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	(326)	982	5.792	6.657
Adicional de 10% de IR	1.433	-	3.814	-
Impostos correntes	<u>1.107</u>	<u>982</u>	<u>9.606</u>	<u>6.657</u>
Conciliação do resultado				
Impostos correntes	1.107	982	-	-
Imposto de Renda e CSLL Diferido	37.941	21.421	46.200	39.709
(=) Provisão IR e CSLL	<u>39.048</u>	<u>22.403</u>	<u>55.806</u>	<u>46.366</u>
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(78.750)	(53.839)	(159.893)	(123.116)
Baixa/(Constituição) de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	10.603	9.400	(78.536)	(57.742)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	49.127	40.531	130.879	105.474
Realização do crédito tributário (sobre compensação, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	1.741	1.994	181.474	139.324
(=) Efeito líquido do crédito tributário	<u>(17.279)</u>	<u>(1.914)</u>	<u>73.924</u>	<u>63.940</u>
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>21.769</u>	20.489	<u>129.730</u>	<u>110.306</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

## 26. COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO

### a) Resultado de operações de crédito

	Junho/18	Junho/17
Crédito pessoal consignado	201.161	322.236
Capital de giro e descontos	406.155	132.367
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	57.174	34.349
Financiamentos à exportação	183.438	29.615
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	27.705	39.513
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.350	1.634
Financiamentos à importação	22.745	4.211
FUNCAFÉ	1.364	2.585
Contas garantidas	444	692
Outros empréstimos e financiamentos	57.614	27.215
Total	962.150	<u>594.417</u>

### b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Junho/18	Junho/17
Rendas de aplicações compromissadas	114.485	280.323
Resultado de títulos renda fixa	348.604	86.774
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	10.995	62.220
Outras operações com títulos e valores mobiliários	12.069	35.751
Total	486.153	465.068

#### c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Junho/18	Junho/17
Swap	298.726	33.683
Mercado futuro – dólar	9.945	(152.210)
Termo de moedas	(7.234)	2.652
Mercado futuro – DI	(2.413)	(42.331)
Total	299.024	(158.206)

## d) Resultado de câmbio

	Junho/18	Junho/17
Rendas de operações de câmbio	566.296	334.976
Despesas de operações de câmbio	(416.843)	(297.651)
Total	149.453	37.325

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

## e) Despesas de captação no mercado

	Junho/18	Junho/17
Títulos e valores mobiliários no exterior	315.155	80.273
Operações compromissadas	111.384	279.409
Depósitos a prazo	103.128	132.473
Depósitos interfinanceiros	12.111	10.096
Despesas de letras financeiras – LF	8.204	2.748
Despesas de letras do agronegócio - LCA	6.372	8.751
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	915	6.981
Depósitos de poupança	186	331
Outras	2.171	1.837
Total	559.626	522.899

### f) Despesas com empréstimos, cessões e repasses

	Junho/18	Junho/17
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	1.082.050	139.467
Marcação a mercado - item objeto de hedge	9.467	402
Repasses FUNCAFÉ/BNDES	929	3.373
Total	1.092.446	143.242

## g) Outras receitas operacionais

	Junho/18	Junho/17
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	137.767	1
Recuperação de encargos e despesas	14.937	29.219
Atualização de depósito em garantia	12.684	9.436
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	2.610	6.809
Outras rendas operacionais	7.084	5.813
Reversão de provisão para fiança	-	1.569
Total	175.082	<u>52.846</u>

## h) Outras despesas operacionais

	Junho/18	Junho/17
Constituição de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	29.674	37.159
Comissões crédito consignado	29.394	85.807
Constituição de provisões para fiança	4.328	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Taxa de processamento de crédito consignado	3.583	1.278
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	572	21.720
Despesas de capitação por emissão de controladas não sujeitas ao BACEN	875	706
IOF sobre operações de câmbio próprias	271	373
Despesas de atualização de impostos	226	238
Programa de remuneração e retenção de funcionários	1	12.146
Outras despesas	11.947	6.494
Total	80.870	165.921

## i) Despesas de pessoal

	Junho/18	Junho/17
Salários	53.471	73.315
Encargos sociais	15.801	23.455
Benefícios	9.890	11.748
Honorários da diretoria	6.919	8.884
Outros	373	520
Total	86.454	117.922

## j) Outras despesas administrativas

	Junho/18	Junho/17
Despesas de serviços de terceiros	18.116	20.899
Despesas de amortização e depreciação	12.249	15.185
Despesas de aluguéis e taxas	8.066	11.532
Despesas de processamento de dados	7.647	8.584
Despesas de serviços do sistema financeiro	4.612	7.102
Despesas de manutenção e conservação	2.227	3.543
Despesas de transportes e viagens	1.803	2.122
Despesas de propaganda e publicidade	360	1.211
Despesas de comunicações	832	992
Despesas de promoções e relações públicas	288	702
Outras despesas	10.994	9.351
Total	<u>67.194</u>	<u>81.223</u>

## k) Despesas tributárias

	Junho/18	Junho/17
Despesas de contribuição à COFINS	6.496	10.615
Tributos federais, estaduais e municipais	2.658	3.752

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Despesas de impostos s/ serviços de		
qualquer natureza	1.246	1.774
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	1.057	1.729
Total	11.457	<u>17.870</u>

## I) Resultado não operacional

Refere-se a resultados obtidos na venda de bens próprios, BNDU e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	Junho/18	Junho/17
Resultado na alienação de bens	3.195	1.830
Reversão/(despesa) de provisão para ajuste do valor de realização de bens	3.103	(4.707)
Despesas com BNDU	(2.903)	1
Outros	410	52
Total	<u>3.805</u>	(2.825)

### 27. ACORDO DA BASILEIA

O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) que passou a ser de 8,625% mais o adicional de capital principal de 1,875% (totalizando 10,50%) de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

	BASILEIA III		
Cálculo do Índice de Basileia Prudencial	Junho/18	Junho/17	
Patrimônio de Referência Nível I	1.540.504	219.701	
- Capital Principal	1.259.802	(21.187)	
- Bônus Perpétuo	280.702	240.888	
Patrimônio de Referência Nível II	688.433	814.800	
- Dívida Subordinada	688.433	814.800	
Patrimônio de Referência - Prudencial	2.228.937	1.034.501	
Risco de Crédito	692.392	592.669	
Risco de Mercado	82.334	6.537	
Risco Operacional	71.488	68.555	
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	846.214	667.761	
Índice de Basileia (%)	22,72	14,33	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice de Capitalização Nível I	15,70	3,04
Índice de Capitalização Nível II	7,02	11,29

### 28. AVAIS E FIANÇAS PRESTADAS

**a)** As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 1.369.318 (Junho/17 - R\$ 1.609.376) e apresentam a seguinte concentração:

MÚLTIPLO E CONSOLIDADO				
	Junho/18 % Junho/17			
Maior tomador de fiança	207.594	15,16	193.437	12,02
10 Maiores fianças	741.439	54,15	776.420	48,24
20 Maiores fianças	966.869	70,61	1.047.062	65,06
50 Maiores fianças	1.242.802	90,76	1.395.160	86,69

No período findo em 30 de junho de 2018, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 157.191 (Junho/17 - R\$ 103.246), registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota 20).

b) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 25.070 (Junho/17 − R\$ 25.424) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99 (nota 7a).

#### 29. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução CNM nº 4.557/17. Encontra-se no site o Relatório de Gestão de Riscos em atendimento a Circular nº 3.678/13 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

A Resolução CMN nº 4.327/14 também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

### **GESTÃO DE RISCOS**

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O Banco designou o *CRO – Chief Risk Officer* como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central segundo decisão do Conselho de Administração.

#### Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades (PV01), testes de estresse, o "*Value-at-risk*" (incluindo testes de aderência e validações), EVE- *Economic Value of Equity e NII – Net Interest Income*.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

#### Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e *default* de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise do risco operacional em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 e ao acordo da Basileia.

### Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez da Instituição consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

- Backward Looking: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.
- II. Forward Looking: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que a Instituição tem e terá recursos suficientes para fazer frente a suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no curto e longo prazos.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no curto quanto no longo prazo.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez no curto e longo prazo;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3.
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados ao Comitê de Tesouraria semestralmente para tomada de ações corretivas e preventivas.

O CCB Brasil apresenta em seu Balanço Patrimonial o Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, apurado de acordo com o vencimento nominal das suas operações, contudo o Conglomerado possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 5b) no montante de R\$ 6.982.108 (Junho/17 - R\$ 6.399.495, incluindo também a categoria títulos para negociação), que mesmo classificados no ativo realizável a longo prazo representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, além disso, parte dos passivos circulantes, são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 5.348.133 (Junho/17 - R\$ 6.196.998), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

Junho/2018				
	Liquidez Reclassificação por Liquido Liquidez Efetiva Ajusta			
Ativo Circulante	6.629.364	6.982.108	13.611.472	
Passivo Circulante	(16.031.281)	5.348.113	(10.683.168)	
Saldo Líguido	(9.401.917)	1.633.995	2.928.304	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Junho/2017			
Liquidez Reclassificação por Liquidez Nominal Liquidez Efetiva Ajustada			
Ativo Circulante	13.630.927	6.399.495	20.030.422
Passivo Circulante	(20.280.784)	6.196.998	(14.083.786)
Saldo Líquido	(6.649.857)	<u>202.497</u>	5.946.636

## **30. OUTRAS INFORMAÇÕES**

### a) Benefícios pós-emprego a empregados

O CCB Brasil não mantém nenhum plano específico de benefícios a empregados, com exigência de contribuições definidas ou responsabilidades como patrocinador.

## b) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelo credor mencionado.

Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	≤ 300%
Concentração de risco por segmento de mercado	≤ 25%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	· 0

### c) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado

## d) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	Junho/18	Junho/17
Aplicações no mercado aberto	1.529.113	783.993
Disponibilidades	128.456	424.061
Depósitos interfinanceiros	20.114	-
Aplicações em moedas estrangeiras	1	7.278
Total	<u>1.677.683</u>	<u>1.215.332</u>

Conselh	o de	Adm	inis	tração
---------	------	-----	------	--------

Presidente: Xilai Feng

Membros do Conselho: Fanggen Liu

Qiuyue Fang

Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira

Diretoria

Diretores Vice-Presidente: Yongdong Jiang (Presidente em exercício)

Hong Yang Milto Bardini

Paulo Celso Del Ciampo

Diretores: Carlos José Roque

Francisco Edênio Barbosa Nobre

Claudio Augusto Rotolo

Comitê de Auditoria

Presidente e membro qualificado: Heraldo Gilberto de Oliveira

Membros do Comitê: Walter Mallas Machado de Barros

Daniel Joseph McQuoid